



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia - 14/06/2016

## Para garantir o Forró Caju, empresa tem que depositar R\$ 1,2 milhão até sexta

**Milton Alves Júnior**

[miltonalvesjunior@jornaldodiase.com.br](mailto:miltonalvesjunior@jornaldodiase.com.br)

A empresa Téo Santana tem até a próxima sexta-feira, 17, para depositar o montante de R\$ 1,2 milhão na conta da Prefeitura de Aracaju, referente à parceria firmada para a realização do Forró Caju 2016. A exigência foi oficializada na manhã de ontem durante audiência realizada na sede do Ministério Público Estadual de Sergipe (MPE/SE), da qual participaram representantes da gestão municipal, da empresa tercei-

rizada, e o promotor de justiça Bruno Melo que investiga as tramitações. Não foi informado quais seriam as punições caso a exigência não seja devidamente respeitada. Essa é a primeira vez que a festividade junina da capital sergipana é intercedida por uma empresa particular.

Outra novidade refere-se ao camarote comercial que mede 600 metros quadrados e possui ingressos que variam entre R\$ 50 e R\$ 150. Esses tickets, inclusive, foram analisados pelo poder público fiscalizatório e tiveram que

passar por ajustes seguindo o edital. Ainda de acordo com as exigências feitas pelo Ministério Público, a prefeitura tem até do dia 29 de julho para prestar contas ao próprio MPE quanto aos gastos referentes ao evento que começa no próximo sábado, 18, e segue até o dia 29. Conforme destacado pela Téo Santana, todas as exigências debatidas e formadas em audiência serão respeitadas dentro dos prazos exigidos.

"Mais uma vez nos reunimos para debater alguns assuntos pertinentes e esperamos que

o que ficou definido no termo de audiência seja cumprido por ambas as partes. Outros pontos já foram esclarecidos e estamos incluindo nos autos do processo", disse o promotor Bruno Melo que, ainda no início da semana passada, já havia afirmado a baixa probabilidade de suspensão da festa. Essa foi a quarta reunião realizada no MPE em menos de 15 dias a fim de debater a realização do festejo junino. "A festa deve ser realizada de forma legal. Não existe a indicação de qualquer suspensão do evento", declarou Melo.